

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARANAÍBA/MS

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS) e de intimação do(a)(s) executado(a)(s) **Ana Carla Queiroz de Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 017.099.041-94, com endereço na Avenida Aristides Klafles, nº 1015, bairro Santa Lúcia, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS; **Gilmar Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15, com endereço na Avenida Aristides Klafles, nº 1015, bairro Santa Lúcia, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS; **Vania Cristina da Silva Queiroz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 421.915.641-00, com endereço na Avenida Aristides Klafles, nº 101, bairro Santa Lucia, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS; **Jamil Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 258.057.031-49, com endereço na Avenida Aristides Klafles, nº 1015, bairro Santa Lúcia, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS; **Alessandra da Silva Gouveia Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 511.142.241-20, com endereço na rua Martinho, nº 580, bairro Centro, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS e demais interessados.

Dr(a). Nária Cassiana Silva Barros, Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível da comarca de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de **Execução de Título Extrajudicial nº 0801904-65.2017.8.12.0018**, movido por **Banco do Brasil S/A** contra **Ana Carla Queiroz de Macedo e outros**, em trâmite perante este Juízo e Cartório, que com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal www.marcaleiloes.com.br, gestora de leilões on-line, o leiloeiro judicial nomeado pelo(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara, Sr. Marcelo Carneiro Bernardelli leva a público pregão de venda e arrematação na modalidade de leilão somente eletrônico (art. 1º do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016) o bem(ns) móvel(is) abaixo descrito(s), conforme condições de venda constantes do presente edital.

DATAS DO LEILÃO: No **1º Leilão** com início no dia **15/09/2022** às **14:00 horas** (horário local) e **término** no dia **22/09/2022**, às **14:00 horas** (horário local), entregar-se-á o(s) bem(ns) a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do(s) bem(ns) no 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção, e término no dia 29/09/2022, às 14:00 horas (horário local), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação; considerado vil, conforme art. 891 do CPC.

VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 599.372,58 (quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos, atualizado até 30/06/2017, conforme cálculo à fl. 33/35 dos autos.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 01

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa APX-6612 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083625344, RENAVAM nº 960066110. Aparentando bom estado de conservação e funcionamento.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 91. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR-497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais), conforme auto de avaliação à fl. 216, datado de 14 de junho de 2021.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 217.269,97 (duzentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme atualização anexa aos autos, datado de 15 de agosto de 2022.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 16.965,62 (dezesseis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) conforme certidão anexa, juntada aos autos, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com alienação fiduciária Banco Bradesco S/A.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 02

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa AQC-6727 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083628423, RENAVAM nº 967416060. Aparentando bom estado de conservação e funcionamento.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 92. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR- 497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais), conforme auto de avaliação à fl. 216, datado de 14 de junho de 2021.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 217.269,97 (duzentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme atualização anexa aos autos, datado de 15 de agosto de 2022.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 16.901,90 (dezesseis mil, novecentos e um reais e noventa centavos) conforme certidão anexa, juntada aos autos,

estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com alienação fiduciária Banco Bradesco S/A.

RELAÇÃO DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS): LOTE 03

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um(a) caminhão da marca/modelo, SCANIA/G 470 A6X4, de cor predominantemente branca, ano de fabricação/ano modelo, 2008/2008, placa AQC-9377 com tarjeta da cidade de Paranaíba/MS, chassi nº 9BSG6X40083628325, RENAVAL nº 967574757. Aparentando bom estado de conservação e funcionamento.

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) E FIEL DEPOSITÁRIO: Consta nomeação de fiel depositário à fl. 93. Gilmar Ferraz Macedo, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15. Endereço: Rodovia BR-497, altura do Km 15 - Pátio da FM.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais), conforme auto de avaliação à fl. 216, datado de 14 de junho de 2021.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 217.269,97 (duzentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme atualização anexa aos autos, datado de 15 de agosto de 2022.

DÉBITOS E ÔNUS: Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 16.901,90 (dezesesseis mil, novecentos e um reais e noventa centavos) conforme certidão anexa, juntada aos autos, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com alienação fiduciária Banco Bradesco S/A.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO(S) EXECUTADO(S): Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de **Ana Carla Queiroz de Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 017.099.041-94, a seguir descrita: Comarca de Paranaíba/MS: 1ª Vara Cível: Processos nºs. 0800942-71.2019.8.12.0018, 0801904-65.2017.8.12.0018; 2ª Vara Cível: Processo nº. 0800537-98.2020.8.12.0018. Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de **Gilmar Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 293.963.791-15, a seguir descrita: Comarca de Paranaíba/MS: 1ª Vara Cível: Processos nºs. 0803925-72.2021.8.12.0018, 0802336-11.2022.8.12.0018, 0801826-32.2021.8.12.0018, 0800381-22.2021.8.12.0036, 0800379-52.2021.8.12.0036, 0807760-68.2021.8.12.0018, 0000028-69.2021.8.12.0018, 0803394-20.2020.8.12.0018, 0801708-90.2020.8.12.0018, 0801457-09.2019.8.12.0018, 0805200-61.2018.8.12.0018, 0804582-53.2017.8.12.0018, 0804094-98.2017.8.12.0018, 0803464-42.2017.8.12.0018, 0801904-65.2017.8.12.0018, 0800229-67.2017.8.12.0018, 0803760-98.2016.8.12.0018, 0800301-

88.2016.8.12.0018, 0800300-06.2016.8.12.0018, 0800299-21.2016.8.12.0018, 0000698-69.2005.8.12.0018, 0000087-68.1995.8.12.0018; 2ª Vara Cível: Processo nº. 0800380-37.2021.8.12.0036. Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de **Vania Cristina da Silva Queiroz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 421.915.641-00, a seguir descrita Comarca de Campo Grande/MS: Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual: Processo nº. 0900011-08.2021.8.12.0018; Comarca de Paranaíba/MS: 1ª Vara Cível: Processos nºs. 0802390-74.2022.8.12.0018, 0800381-22.2021.8.12.0036, 0800379-52.2021.8.12.0036, 0803394-20.2020.8.12.0018, 0801457-09.2019.8.12.0018, 0805200-61.2018.8.12.0018, 0804582-53.2017.8.12.0018, 0804094-98.2017.8.12.0018, 0803464-42.2017.8.12.0018, 0801904-65.2017.8.12.0018, 0800229-67.2017.8.12.0018, 0800301-88.2016.8.12.0018, 0800300-06.2016.8.12.0018, 0800299-21.2016.8.12.0018, 0102588-46.2008.8.12.0018; 2ª Vara Cível: Processos nºs. 0800380-37.2021.8.12.0036, 0102588-46.2008.8.12.0018. Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de **Jamil Ferraz Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 258.057.031-49, a seguir descrita: Comarca de Paranaíba/MS: 1ª Vara Cível: Processos nºs. 0803925-72.2021.8.12.0018, 0001932-90.2022.8.12.0018, 0801826-32.2021.8.12.0018, 0800381-22.2021.8.12.0036, 0800379-52.2021.8.12.0036, 0803394-20.2020.8.12.0018, 0805200-61.2018.8.12.0018, 0804582-53.2017.8.12.0018, 0803464-42.2017.8.12.0018, 0801904-65.2017.8.12.0018, 0800229-67.2017.8.12.0018, 0800299-21.2016.8.12.0018; 2ª Vara Cível: Processo nº. 0800380-37.2021.8.12.0036. Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de Há anexo aos autos, em consulta ao E-Saj do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, feitos em nome de **Alessandra da Silva Gouveia Macedo**, inscrito(a) no CPF/MF nº 511.142.241-20, a seguir descrita: Comarca de Paranaíba/MS: 1ª Vara Cível: Processos nºs. 0800381-22.2021.8.12.0036, 0800379-52.2021.8.12.0036, 0803394-20.2020.8.12.0018, 0804582-53.2017.8.12.0018, 0803464-42.2017.8.12.0018, 0801904-65.2017.8.12.0018, 0800229-67.2017.8.12.0018, 0800299-21.2016.8.12.0018.

CONDIÇÕES DE VENDA

1. DA ARREMATÇÃO LIVRE DE ÔNUS: Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, § único do CTN e art. 908, § 1º do CPC);

2. DO PAGAMENTO PARCELADO: O(s) interessado(s) em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição por valor que não seja considerado vil. Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme art. 895 do CPC;

3. DO(S) BEM(NS) O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

4. DOS DEPÓSITOS: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do término do leilão, mediante guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela MARCA LEILÕES, bem como a comissão de **05% (cinco por cento)** via boleto na rede bancária, ou transferência eletrônica, via DOC ou TED, na conta corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Marca Leilões e Negócios S/A., portadora da CNPJ/MF nº 23.871.860/0001-04, Banco Bradesco, Agência nº 5247, Conta Corrente nº 0126375-7, Código do Banco: 237;

5. DA ENTREGA DO(S) BEM(NS): Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s), será expedido pelo Cartório da vara responsável, o respectivo mandado de entrega, a ser cumprido por oficial de justiça designado, acompanhado pelo arrematante ou pessoa que o represente legalmente;

6. DO CADASTRO DOS INTERESSADOS: Para a participação no leilão eletrônico os interessados deverão realizar cadastro prévio no prazo de até 24 h (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão, conforme instruções contidas no seguinte portal: www.marcaleiloes.com.br; O cadastramento será gratuito e é requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações prestadas, bem como implicar na aceitação integral das regras deste edital; Podem oferecer lances quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do art. 890 do CPC (art. 13 e art. 14 do Prov. nº 375/2016 CSM/TJMS);

7. DOS LANCES: Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial, imediatamente divulgados on-line, viabilizando a preservação do tempo real das ofertas, não admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana

na coleta e no registro dos lances; para haver o encerramento do leilão, este deverá permanecer por três minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. (arts. 24 e 27 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

8. DAS PENALIDADES: Não efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, § 4º e 5º, do art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do CPC; O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (art. 23 da LEF). (conforme o art. 31 e art. 32 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS);

9. DA DESISTÊNCIA DA ARREMATAÇÃO: Conforme art. 903 do CPC o arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito: se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º; uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º, desde que apresente a desistência no prazo de que dispõe para responder a essa ação. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, devendo o suscitante ser condenado, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do bem;

10. DA ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, § 1º do CPC);

11. DO ACORDO E DA REMISSÃO: Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remissão após a publicação do edital de leilão, será devida pelo(s) executado(s), ao Leiloeiro Oficial, a comissão de **05% (cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, ou débito/acordo, o que for menor, conforme enunciado do § 3º do art. 10 do Provimento nº 379/2016 CSM/TJMS;

12. DA COMISSÃO: A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial na hipótese da desistência, que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (art. 10, § 1º do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação anteriormente a publicação do edital; A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro;

13. DA PREFERÊNCIA AQUISITIVA: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. § 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições (art. 843 do CPC).

14. DOS ESCLARECIMENTOS: No escritório sito à Av. Afonso Pena, nº 5723, Sala 1504, Royal Park, CEP 79031-010, Campo Grande/MS, ou pelos fones: (67) 4042-2179, (67) 99987-1407; e-mail, contato@marcaleiloes.com.br, e site www.marcaleiloes.com.br.

Caso o(s) executado(s) não possua(m) advogado constituído nos autos para intimação mediante publicação no Diário de Justiça, e não seja(m) encontrado(s) o(s) para intimação pessoal (art. 889 do CPC), fica(m) o(s) mesmo(s) ciente(s) da realização do leilão por meio do presente; e para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo.

Paranaíba/MS, 15 de agosto de 2022.

Dr^(a). Nária Cassiana Silva Barros
Juiz(a) de Direito